



Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro;

Excelentíssimas Autoridades Civas, Académicas, Militares e Religiosas;

Autoridades da Província de Zamora; Caro amigo Fernando Maillo;

Excelentíssimos convidados, caros concidadãos;

Trabalhadores do Município;

Comunicação Social.

Senhor Primeiro-ministro, a presença de Vossa Excelência neste dia em que se procede à inauguração dos Edifícios – Sede do Município e Centro de Memória do Forte, tem um especial significado.

Esteve connosco há dois meses atrás, no dia em que iniciamos os trabalhos de construção da Barragem de Veiguinhas, o projeto estruturante mais aguardado pelos Bragançanos desde que foi suspenso há dezassete anos. As obras decorrem agora a bom ritmo. Em ambas as situações, registamos a presença de Vossa Excelência por boas razões. Congratulamo-nos por ter decidido partilhar com os Bragançanos dois momentos tão significativos.

Às autoridades presentes, aos colegas presidentes de Câmara Municipal, aos amigos de Bragança e concidadãos que connosco partilham este momento num gesto de solidariedade, confiança e de coesão, não podendo nomear cada um, permitam-me que refira o Professor Adriano Moreira e Dom Duarte, Duque de Bragança e num amplo cumprimento apresento um forte agradecimento a todos vós. A D. António Montes, agradecemos bênção das instalações.

Nas eleições autárquicas de 1997, os cidadãos confiaram-nos a responsabilidade da gestão do município, fizeram-no de forma sucessiva e



expressiva em quatro eleições. A esperança que nos tem dado alento tem-nos permitido percorrer caminhos feitos por gerações passadas, e de mãos dadas com os cidadãos e as suas Instituições, escrever algumas das páginas da nossa História presente e futura.

Nesta caminhada propusemo-nos fazer muitas coisas, também a de conquistar mais dignidade para o poder local, fortalecer a coesão social e a cidadania, e uma das medidas desta orientação, foi a de garantir sedes para todas as Juntas de Freguesia e centros de convívio em todas as cento e catorze aldeias. Assim o fizemos, concretizando com a colaboração das Juntas de Freguesia a construção de novo ou a reabilitação de cento e dez edifícios. Para o final ficou a sede Do Município, que hoje inauguramos.

Após a Restauração da Independência, altura em que foi aclamado D. João IV, VIII Duque de Bragança, como Rei de Portugal, iniciou-se o reforço do sistema defensivo de Bragança, dada a sua posição geoestratégica. No planalto onde nos encontramos, na altura a poente da cidade, em frente à Cidadela, foi erguido o Forte Militar, designado de Forte de São João de Deus.

Depois de destruído no ano de 1762, durante a “Guerra dos Sete Anos”, quando um exército franco-espanhol de 40 000 homens invadiu Portugal pela fronteira de Trás-os-Montes foram feitas, sem êxito, diversas tentativas de reconstrução. A tropa abandonou o Forte no ano de 1779. Logo de seguida aqui se instalaram algumas instituições públicas. A Câmara Municipal instalou-se de forma progressiva entre 1779 e 1782.

No ano de 2005 por escritura entre o Estado Português e o Município, compramos a generalidade dos terrenos e construções militares. Foram ainda compradas a área do antigo campo de futebol do “Trinta”; a área necessária para a construção



do novo Mercado Municipal; o terreno e construções das antigas casernas, para instalação definitiva da Feira Mensal que agora ficará integrada com o espaço do Mercado de Produtos da Terra e do Mercado Municipal, dotada de centralidade urbana e boa acessibilidade, ficando a envolvente da Catedral totalmente requalificada.

Foi um longo processo de negociação que levou à compra por parte do Município de todas as construções militares e terrenos com a área de onze hectares. O Município criou condições para projetar, uma grande operação de reabilitação urbana, dando seguimento à política de modernização e requalificação do espaço público da cidade, iniciada no ano de 1998 e que em dezasseis anos abrangeu a totalidade da cidade.

Era evidente ser necessário desenhar uma nova centralidade, na zona do antigo “Forte de São João de Deus”, reorganizando o espaço público, criando áreas verdes e de lazer, eliminar as muitas pequenas construções militares, integrar equipamentos públicos, religiosos, económicos, encontrar uma nova solução para a Câmara Municipal e projetar uma ampla zona residencial que poderá receber cerca de 400 fogos, a edificar com elevados padrões de qualidade arquitetónica boa integração urbanística e sustentabilidade ambiental, conforme Plano Estratégico da EcoCidade.

No mês de dezembro de 2011 as obras de requalificação do Forte foram iniciadas. Diversas antigas construções militares, sem qualidade, foram demolidas para dar lugar a zonas verdes, estacionamento público, aos edifícios sede do Município; ao Centro de Memória do Forte e ao espaço da Feira Mensal. Nesta ampla intervenção urbanística, estão a ser preservados todos os vestígios relacionados



com a história do Antigo Forte de São João de Deus, mantendo a presença das marcas da História.

Esta intervenção, em que se constrói Cidade com elevada qualidade, ficará como uma marca urbana, que relaciona de forma equilibrada o espaço edificado e o espaço público urbanizado. Proporciona ao Município instalações modernas, boa localização, fácil acesso, amplos estacionamento, intervenção realizada com os mais elevados padrões em termos de eficiência energética e de Eco construção e por isso foi premiada em concurso de âmbito nacional. Aqui chegamos com êxito, apesar de algumas vozes cétricas terem referido não ser possível fazê-lo.

O custo global da intervenção, incluindo o Recinto da Feira é de 12,3 milhões de euros, cofinanciado pela União Europeia. Agradecemos ao amigo Eng.º Carlos Duarte a atenção dada no âmbito do financiamento comunitário; à equipa projetista, nas pessoas dos Arquitetos Vasco Poças, Marta Falcão e Livia Tirone; à empresa construtora Gabriel Couto e seus trabalhadores e subempreiteiros que tanto fizeram em tão pouco tempo e em tempos tão difíceis para as empresas; à equipa de fiscalização externa da Segropol.

No âmbito dos conteúdos do Centro de Memória do Forte, agradecemos à equipa de investigação na pessoa do seu coordenador, Dr. Alexandre Rodrigues, à empresa Ideias Emergentes responsável pela musealização. Na vertente da cerâmica artística presente no edifício da Presidência, ao escultor António Nobre e ao Professor Canotilho. À vasta equipa de fiscalização da Câmara Municipal, na pessoa do Diretor de Departamento de Serviços e Obras Municipais, Eng.º Victor Padrão, trabalhador incansável e de elevada dedicação à Instituição.



Agradecemos às Juntas de Freguesia que sempre deram provas de plena cooperação com a Câmara Municipal e que neste intenso ciclo de investimento garantiram condições de estabilidade política nas votações essenciais, cooperando nas oportunidades e nos desafios. Partilhámos a satisfação do dever cumprido para com os cidadãos. Com a maior parte de vós concretizei o maior período de governação autárquica feita por um Presidente de Câmara no nosso Município, desde a implantação da República.

É devido o agradecimento aos eleitos para a Assembleia Municipal, pelo acompanhamento atento da atividade da Câmara Municipal, pelo apoio às suas propostas sempre que consideradas adequadas ao interesse do concelho. Faço-o na pessoa dos seus Presidentes, e em concreto do atual, o Dr. Luís Afonso que foi o Vice-Presidente no meu primeiro mandato autárquico, que ao concelho dedica o melhor da sua capacidade profissional e cívica.

Aos trabalhadores do município, aos quais pedi mais e melhor, foi assegurado bom ambiente de trabalho e de formação, de segurança e de higiene no trabalho. Reconheço e aprecio a motivação, a dedicação e sentido de missão que envolveu quase todos. Estou ciente de que se sentem orgulhosos do muito trabalho feito, em que se incluí as novas instalações do município, a vossa casa de trabalho, a “Casa de Todos os Bragançanos”. O município dispõe agora de instalações dignas e com uma organização técnico-administrativa avançada, certificada por entidades externas. A todos o nosso agradecimento.

Agradeço aos elementos que preencheram os lugares do Gabinete de Apoio à Presidência e que, ao longo dos quatro mandatos, em particular os atuais elementos que, de um modo geral souberam cumprir com elevado rigor e empenho as funções exigentes dos cargos, ser leais, dignificar a imagem externa e institucional do município.



Aos vários eleitos para a Câmara Municipal, pelas diferentes forças partidárias, em particular para os que exerceram funções a tempo parcial ou completo, pelo sentido de entrega a um projeto de engrandecimento do concelho de Bragança, tendo-o, de um modo geral, feito com dedicação, nomeadamente neste último mandato, em que o ritmo de trabalho foi intenso e exigente para concretizar os compromissos assumidos com os cidadãos. Cito o Eng.º Rui Caseiro, Vice-Presidente em três mandatos; a Dr.ª Fátima Fernandes, o Dr. Hernâni Dias, vereadores que cumpriram os seus mandatos com lealdade, sentido de missão e responsabilidade institucional;

Agradecemos aos responsáveis das instituições públicas, associações empresariais, culturais, desportivas e humanitárias, às instituições sociais e religiosas; às forças de segurança, aos prestadores de serviços e consultores, a cooperação e apoio no âmbito das iniciativas e políticas municipais. Também um agradecimento aos que hoje animam culturalmente esta cerimónia, a Banda Filarmónica de Bragança e professores de música.

Na pessoa do Professor Fernando Sousa que tem dedicado muito do seu tempo de investigação a Bragança, agradeço á equipa de investigadores do projeto sobre Bragança Contemporânea que hoje será apresentado em dois volumes.

À comunicação social, em particular a regional, agradecemos a colaboração, pelo relevante contributos à formação de uma opinião pública mais esclarecida e à Câmara Municipal ter dado motivos de reflexão para que melhores decisões fossem tomadas.

Parece-me oportuno fazer uma breve reflexão sobre o intenso período que decorreu desde 1998 até ao momento. Há dezasseis anos atrás, assumimos perante os bragançanos o compromisso de mudar a orientação política de gestão municipal para dignificar Bragança, devolvendo-lhe capitalidade, retirando-a de



uma situação frágil em termos de imagem pública, fraco dinamismo social e económico e baixa atratividade urbana.

Construímos uma visão e uma estratégia de futuro para a cidade e o concelho. Interrogamos o futuro com confiança, e liberdade, avançamos com um forte ciclo de investimento, extensivo à área rural e à cidade, animados por princípios de coesão social e territorial, de identidade e de cidadania, apostando numa economia mais aberta ao conhecimento, à inovação, aos mercados externos, geradora de postos de trabalho e mais sustentável. Demos prioridade política à cooperação transfronteiriça.

Assumimos uma governação mais estratégica, menos governação à vista, encontrando respostas para as muitas e legítimas pretensões dos cidadãos, identificando as prioridades, para que a gestão não se colocasse acima das reais possibilidades da economia local e do orçamento do município.

Aumentamos a eficiência dos serviços, combatendo o desperdício e contendo a despesa corrente, libertando recursos para o investimento, tendo feito o maior ciclo de investimento das últimas décadas, multiplicando por três o património do município e em simultâneo reduzimos muito a dívida que em 1997 asfixiava o município e lhe retirava credibilidade e que é hoje por habitante das mais baixas no país. Se o Município de Bragança tem feito investimento continuado e significativo, baixando muito a sua dívida global, então o País também tem que o fazer.

Bragança passou a ser falada no país por boas razões, sendo hoje reconhecida pela sua atratividade e modernidade, com um perfil de cidade europeia de qualidade. Em termos de Índice de Desenvolvimento destaca-se comparativamente às capitais de distrito do Interior, exceto Évora; os dados estatísticos de 2011 indicam que, em termos de PIB per capita está alguns pontos percentuais acima da média da região Norte; exportou significativamente mais do



que a totalidade dos restantes municípios de Trás-os-Montes e Douro juntos; ao nível da população com licenciatura completa, ocupava a 13.<sup>a</sup> posição de entre os 308 municípios.

Tem sido várias vezes referenciada em avaliações externas de forma positiva. Cito algumas das mais recentes, a realizada pela Deco Proteste no ano de 2012 envolvendo um conjunto de cidades europeias, que destaca Bragança em alguns indicadores; os prémios atribuídos pela Fundação António José de Almeida e o Jornal Planeamento e Cidades, no ano de 2009, o prémio “Cidade de Excelência, Ecologia Urbana”, categoria “planeamento estratégico” e no ano de 2013 o prémio “Cidades de Excelência”, categoria “Inovação”.

Em dezasseis anos Bragança evoluiu muito, apesar de só agora estar ligada à rede de autoestradas, fizemos o melhor para dignificar Bragança, percorrendo o caminho de gerações que nos antecederam, abrindo novos caminhos. Em Bragança, nos últimos anos foram criadas condições sociais, de infraestruturas, de acessibilidade e de base económica suficientes para que um novo impulso seja dado no sentido de fortalecer a base produtiva regional com prioridade para a indústria, para a agricultura e florestas, aumentando a cadeia de valor dos setores tradicionais, criando mais riqueza e mais postos de trabalho.

Em Bragança devemos apostar no reforço da sua centralidade Ibérica, na economia verde e do conhecimento, aumentar a dimensão exportadora, a produtividade em geral, fortalecer a visão de futuro que tem vindo a ser construída, atentos aos novos desafios que as cidades do séc. XXI enfrentam, desafios que exigem mais inovação, criatividade, e complementaridade em redes de cidades e a percorrer o caminho do equilíbrio inteligente entre a estratégia económica, a coesão social e o desenvolvimento sustentável.





Senhor Primeiro-ministro, Bragança, apesar de agora ter já a A4; o IP2 e o IC5, mantem-se em parte encravada, situação que deve ser resolvida com o novo Quadro Comunitário de Apoio. São necessárias á coesão regional e á competitividade: o regresso das ligações aéreas; estradas adequadas entre Bragança e Vimioso e Vinhais. A Autoestrada Transmontana não pode manter-se bloqueada entre a fronteira de Quintanilha e Zamora, o IP2 não pode terminar em Bragança, é preciso que ligue á estação de TGV em construção na Puebla de Sanábria e à Autovia A52, vias que ligam Madrid á Corunha. São escassos 38 Km de prolongamento. Este não é só um bloqueio de Bragança, mas sim de todo o Norte de Portugal.

Solicito a Vossa Excelência o empenho para que os Governos de Portugal e de Espanha deem prioridade à integração destas grandes infraestruturas, rentabilizando-as sob o ponto de vista económico, criando condições de maior coesão territorial, unindo os povos, rasgando fronteiras.

Sabemos Senhor Primeiro Ministro que os tempos são muito difíceis, que é obrigatório resolver a forte crise financeira e promover o crescimento económico. Desejamos que o esforço que está a ser pedido aos portugueses resulte num futuro melhor para todos os portugueses. O combate às enormes desigualdades que nos últimos anos colocaram Portugal na cauda da Europa deverá ser assumido como prioridade política para o reforço da coesão social e territorial. É essencial que a equidade e a justiça sejam melhor percebidos como pilares de liberdade e de democracia.

Nesta crise, de um modo geral o Povo sofre, mas o do Interior sofre mais, como em todas as anteriores crises, sofre de entre outras razões: com uma economia muito débil; falta de oportunidade para os jovens; com o desemprego; a perda demográfica, hoje a níveis absolutamente preocupantes; com a saída e esvaziamento de serviços públicos; com a eliminação dos incentivos fiscais à



interioridade; com a fraca representação parlamentar; com a suspensão da ligação aérea que tarda em ser reposta, prejudicando a competitividade da região.

Senhor Primeiro-ministro, é necessário corrigir a política que partiu o país em dois, assumir resolver os problemas da Interioridade como desígnio nacional, devolver coesão ao território. Nesta fase em que se desenham reformas estruturais na Administração Pública, em que as atenções já se focam mais na área da economia e no investimento é essencial que o Governo defina uma agenda de rotura para as políticas da Interioridade.

Medidas aparentemente simples poderiam ter elevada eficácia, como: a redução dos níveis de fiscalidade (IRC; IRS) em quinze pontos relativamente aos valores nacionais, aplicando a redução às NUT com rendimento inferior a 80% da média nacional; descentralização de serviços de âmbito nacional para capitais de distrito do Interior; alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República com a criação de círculos uninominais, garantindo que a representação dos territórios de baixa densidade populacional fosse melhor assegurada. Não se justifica que Lisboa e Porto sejam representados por tantos deputados.

Termino, com confiança no futuro do País e de Bragança. Agradeço a todos os que nos tem ajudado a concretizar uma mudança tão significativa no concelho, aos cidadãos que através do voto confiaram na nossa vontade e capacidade, em que o propósito, foi o de servir, respeitando todos, respeito que sentimos ter sido recíproco. Obrigado a todos. Obrigado Senhor Primeiro-ministro.

Viva Bragança, Viva Portugal.

Município de Bragança, 30 de agosto de 2013

António Jorge Nunes

Presidente da Câmara Municipal